ABREU, R.: O livro que abalou o Brasil: a consagração de Os sertões na virada do século.

História, Ciências, Saúde-Manguinhos,

Como e por que Os sertões de Euclides da Cunha transformaram-se no maior best-seller da virada do século? De que modo esse livro abalou o Brasil, modificando valores e pontos de vista sobre o próprio país. Para responder a essas indagações, a autora analisa as críticas consagradoras de José Veríssimo, Araripe Júnior e Sílvio Romero, responsáveis pela transformação de um anônimo engenheiro no mais festejado escritor da capital federal. Quem
O livro que abalou o Brasil: a consagração de Os sertões na virada do século*

The book that shook Brazil: the acclaim of Os sertões at the turn of the century

* Este artigo é parte da tese de doutoramento defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e editada sob o título O enigma de Os sertões, Rocco/Punarte, 1998.

Regina Abreu
Doutora em antropologia social
Rua Dona Mariana 113/209
22280-020 Rio de Janeiro RJ Brasil
E-mail: regabreu@ism.com.br

eram e o que diziam esses críticos? Que valores foram afimados com a consagração de Os sertões? Em que direção foi reiterado um ponto de vista singular sobre o Brasil? Que ponto de vista era esse?

Tomando as críticas como referência, a autora procura desvendar o significado social da novidade advinda com a publicação de Os sertões, chamando a atenção para o que havia de promissor no olhar do escritor sobre a tragédia de Canudos.

PALAVRAS-CHAVE: Euclides da Cunha,
Os sertões, rebelião de Canudos, crítica literária.

ABREU, R.: The book that shook Brazil: the acclaim of Os sertões at the turn of the century.


How and why did Euclides da Cunhas
Os sertões become the number one best-seller in Brazil at the dawn of the 20th century? How did this book shake Brazil at that time, altering values and viewpoints about the country itself? To answer these questions, the article analyzes reviews by José Veríssimo, Araripe Júnior, and Silvio Romero, responsible for turning an anonymous engineer into the most celebrated author in the nations capital. Who were these critics? What did they have to say? What values were affirmed through this acclamation of Os sertões? What view of Brazil was defended? Using these acclamatory reviews as a central reference point, the article seeks to uncover the social significance of the new ideas found in Cunhas book and call attention to the fertile and promising aspects found in this writers interpretation of the Canudos tragedy.

Keywords: Euclides da Cunha, Os sertões, rebellion in Canudos.
De Euclides da Cunha se pode dizer que
se deitou obscuro e acordou célebre
com a publicação de Os sertões.

Merecia-o.

Silvio Romero

Quando Silvio Romero, em ensaio sobre Euclides da Cunha para o seu História da literatura brasileira, referiu-se à súbita consagração de Euclides da Cunha, não estava abusando da re-tórica. De fato, a consagração do escritor, com o lançamento de seu primeiro livro, Os sertões, foi um fato retumbante, sem paralelos na história da literatura brasileira.

Hoje, passados quase cem anos daquele momento inaugural, naturalizamos algumas das verdades expressas na obra, perdendo de vista um tempo em que foi necessário uma luta para afirmá-las. O estatuto de grandeza de uma obra que se transformou em monumento nacional tem ofuscado a percepção do esforço para impor as novidades nela contidas. A análise dos chamados grandes momentos da história de um país ou da humanidade, quando um indivíduo singular descobre ou inventa algo considerado absolutamente novo e revolucionário, é útil para entendermos um pouco mais sobre a sociedade em que ocorrem. Tanto as invenções quanto seus autores são parte intrínseca dos contextos sociais em que nascem. O momento de criação e consagração de Os sertões faz parte do elo dos grandes momentos da história do Brasil. Não é por acaso que, percorrendo quase 100 anos da produção intelectual do país, encontramos citado inúmeras vezes o "livro número um" e seu autor como um dos escritores mais reverenciados do país.

O momento da transfiguração dessa obra em monumento nacional e de seu escritor em grande escritor nacional expressa também uma mudança no plano dos valores da sociedade em que ela ocorreu. A análise do tênue limite que separou o antes e o depois da consagração de Os sertões revela um conjunto de fatos e situações em que não apenas um escritor e sua obra passaram a ser reverenciados, mas também novos valores, que já estavam sendo gestados numa ordem anterior e que, a partir de então, puderam ser afirmados.

Como um escritor estreante podia, de uma hora para outra, fazer grande sucesso na capital federal? Em que consistia esse sucesso narrado pelos biógrafos? Quais as agências que tiveram papel decisivo na consagração de Os sertões? Sob quais critérios e por quem o livro foi consagrado? Que valores foram afirmados com a consagração de Os sertões?

Canudos, a segunda e trágica descoberta do Brasil

Efetivamente, a guerra de Canudos representou um divisor de águas no contexto de um pensamento social sobre o Brasil. Nunca mais o país foi o mesmo. Canudos, com seu horror e com sua potência trágica, despertou intensa reflexão. Pencorrendo os autores e intelectuais do período, percebe-se que foram poucos os que não se referiram ao acontecimento: de Coelho Neto a Machado de Assis passando por Nina Rodrigues, de médicos a jornalistas passando por bacharéis em direito, enfim, Canudos foi um dos temas mais discutidos da sociedade brasileira da virada do século passado e o evento jornalístico mais importante do período.

A produção discursiva em torno de Canudos não tem nada de linear, pelo contrário, ela sinaliza inquietações, perplexidades, dúvidas, mudanças contínuas de opiniões. Euclides da Cunha e Machado de Assis, por exemplo, num primeiro momento, quando foram informados da existência de um arraial no interior da Bahia liderado por um beato que se recusava a pagar os impostos e a aceitar a autoridade do governo republicano, escreveram artigos onde condenavam Antônio Conselheiro e seus seguidores. Tanto um quanto o outro eram de opinião que as autoridades governamentais deviam combater aqueles que consideravam "fanáticos". Com o desenrolar dos acontecimentos e, particularmente no caso de
Euclides da Cunha, com a visão do fim da guerra, os dois intelectuais tenderam a mudar de opinião, embora ainda mantivessem muitos preconceitos com relação aos seguidores de Antônio Conselheiro e a ele próprio.


Dos militares, a produção maior coube ao então tenente-coronel Dantas Barreto, que comandara uma das brigadas da expedição chefiada por Artur Oscar, a quarta e última expedição, que decidiu a sorte de Canudos. No início de 1898, publicou o livro *Última expedição a Canudos*, destacando o ponto de vista de um militar envolvido com a guerra como oficial combatente. Em linhas gerais, critica a condução da campanha. Ainda em 1898, o ponto de vista militar foi também expresso peloparaense Constantino Néri, que integrou a coluna Savaget, no livro *A quarta expedição contra Canudos*. O terceiro militar, o tenente de infantaria Henrique Duque Estrada Macedo Soares publicou seu livro muito mais tarde, em 1902, com o título *A guerra de Canudos*.

Um dos estudantes de medicina, Alvim Martins Horcades, publicou em 1899 descrição de uma viagem a Canudos e uma série de artigos que traziam várias denúncias, incluindo as de regolamentos dos jagunços. O outro, Mangabeira, publicou em 1900 um livro poético sobre o que havia presenciado, intitulado *Tragédia épica*.

Os jornalistas também aproveitaram suas observações *in loco* para redigir livros sobre o polêmico tema. O pernambucano Manuel Benício, que escrevia para o *Jornal do Comércio*, pretendeu fazer uma "crônica histórica e de costumes sertanejos", editando seu livro, *O rei dos jagunços*, em 1899. De acordo com Calasans, a vida cotidiana do interior foi bem retratada nas páginas de Manuel Benício e constitui um documento de quem viu uma das fases mais difíceis da luta. O representante do jornal fluminense *Gazeta de Notícias*, Júlio Procópio Fávila Nunes, chegou ao Vaza-Barris quando a guerra se aproximava do final. Calasans (s.d.) observa que suas reportagens revelam um jacobino, florianista dos mais exaltados, proclamando-se amigo íntimo dos chefes militares e sugerindo medidas drásticas para liquidar a Jagunçada monarquista. Terminada a campanha, propôs-se a escrever um livro para mostrar que os sertanejos não eram monarquistas, por lhe faltarem as mínimas condições para tanto. O trabalho foi anunciado em 1898. Sairia em fascículos.

Calasans não tem informações sobre se a obra foi concluída e conseguiu recuperar apenas o terceiro fascículo, intitulado *A guerra de Canudos*, que contém várias cartas de conselheiros, consideradas boas contribuições para pesquisadores e estudiosos. O terceiro jornalista, Lélis Piedade, representante do *Jornal de Notícias* de Salvador, reuniu num mesmo volume, que publicou em 1901, seus artigos para a imprensa e o relatório do Comitê Patriótico da Bahia, organização criada para ajudar militares e suas famílias, que amparou, depois, os jagunços vencidos. O relatório é considerado uma das melhores fontes para a história da guerra, sobretudo no que se refere aos jagunços.

Outros estudiosos se voltaram para o tema sem que tivessem presenciado a guerra, conhecido o Conselheiro ou mesmo a região. Fizeram estudos específicos utilizando o instrumental científico da época. Um dos que mais se notabilizou foi Nina Rodrigues. Catedrático da Faculdade de Medicina na Bahia, iniciador das pesquisas sobre o negro brasileiro, mestre de psiquiatria, preocupava-se com as manifestações de "loucura das multidões". Assim, logoapós o fim da guerra, em 10 de novembro de 1897, Nina Rodrigues publicou na *Revista Brasileira* o artigo *A loucura epidémica de Canudos*, em que diagnosticava o Conselheiro. Segundo ele, o beato sofria de "psicose sistêmica progressiva", era "indivíduo degenerado", portador de "delírio crônico". Mais tarde, coube-lhe diagnosticar o crânio de Antônio Vicente. Declarou tratar-se de "crânio normal", mas confirmou o diagnóstico de "delírio crônico de evolução sistemática".
Outro estudioso que escreveu sobre a guerra foi Aristides Augusto Milton, que por solicitação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual era sócio, redigiu uma memória sobre a guerra, publicada na revista do instituto em 1902, sob o título A guerra de Canudos. Relata Calasans (idem) que,

como baiano, Aristides procurou, numa primeira produção de caráter nitidamente histórico, defender sua terra natal da pecha de monarquista. As origens do Conselheiro e do seu movimento são expostas em ordem cronológica, como convinha a uma memória do instituto, servindo-se do autor de documentação que lhe teria sido fornecida pelo governador Luís Viana.

Outro baiano legou às gerações que lhe sucederam um estudo sobre Canudos. De caráter altamente panfletário, procurava lançar sobre os ombros de Prudente de Morais e Luís Viana a responsabilidade pelos acontecimentos. De autoria de César Zama, político baiano, adversário do governador Luís Viana, constitui no entender de Calasans "a mais violenta publicação existente na bibliografia não euclidiana".

Como resultado de cuidadosa reflexão sobre o fenômeno, após a publicação de alguns artigos no jornal do qual era diretor, O Comércio de São Paulo, o escritor Afonso Arinos editou, em 1898, o livro Os jagunços, com o subtítulo novela sertaneja. Editado a partir de outubro de 1897 em fascículos no jornal, no ano seguinte, o material foi reunido em livro em edição do próprio jornal, com tiragem de apenas cem exemplares. A contribuição de Afonso Arinos foi bastante singular. Escritor mineiro, Arinos dedicava grande parte de suas novelas ao tema do interior, dos sertões mineiros. Em 1896, já havia publicado em O Estado de Minas, de Ouro Preto, contos sertanejos. Em 1898, ao publicar o livro Os jagunços - novela sertaneja, reunindo os artigos sobre a guerra de Canudos, lançou outro, sobre lendas e histórias sertanejas, intitulado Pelo sertão. Afonso Arinos, diferente dos demais autores, inseria-se, portanto, numa tradição com longa vida no Brasil, a tradição da literatura sertaneja. O enfoque literário de Arinos contrastava com a perspectiva dos analisadores de guerra. De modo geral, a tônica destes últimos consistiu na afirmação do discurso do vendedor, fora uma outra exceção, como a do estudante de medicina que fez algumas denúncias de degolas de jagunços e a do jornalista baiano, Lêlis Piedade, que sugeria a criação de uma organização que contemplasse as famílias dos mortos na guerra, incluindo os jagunços. Toda essa enorme produção discursiva em torno de Canudos demonstra que o país vivia em clima de inquietação com o trauma provocado pela guerra, procurando uma interpretação plausível para a sucessão de enganos que redundou na tragédia de Canudos. O país ansiava por compreender a si próprio.

A gestação de Os sertões

Diferentemente dos jornalistas, médicos e militares que estiveram em Canudos como correspondentes durante a guerra, Euclides da Cunha não publicou suas impressões sobre a tragédia de Canudos logo após o ocorrido. Pelo contrário, foi dos últimos a fazê-lo. Entretanto, nenhuma das obras publicadas até então teve o impacto e a repercussão que viriam a ter Os sertões.

No dia 9 de outubro de 1897, Euclides chegou em Salvador vindo do arraial de Canudos onde havia presenciado o fim da guerra. De lá, seguiu para o Rio de Janeiro publicando no Jornal do Comercio o plano de um livro intitulado A nossa Vendéia, em duas partes: A natureza e O homem. Ainda em outubro, já em São Paulo, Euclides requereu licença de seu cargo de engenheiro-ajudante na Superintendência de Obras Públicas de São Paulo. Foi descansar na fazenda do pai em Belém do Desalvado, onde passou cerca de três meses revisitando e ampliando o plano original do livro. Decidiu então mudar o título de A nossa Vendéia para Os sertões. Em janeiro de 1898, publicou em O Estado de S. Paulo o artigo Excerto de um livro inédito. Tratava-se do famoso trecho sobre o sertanejo que mais tarde figuraria em Os sertões no Capítulo III da Terceira Parte (O homem).

A mudança de título não era um simples detalhe. Euclides parecia optar por radical mudança de perspectiva. Diferente dos autores que se dedicaram a analisar a guerra, Euclides tomava outro rumo, que de certo modo o aproximava de Afonso Arinos, mas que também dele se distinguia. A mudança de título expressava que o livro não trataria apenas da guerra de Canudos, nem ficaria circunscrito ao reterro literário. Pelo contrário, o relato do conflito configurava um mote para que Euclides refletisse sobre outros temas, principalmente de caráter científico: geologia, botânica, geografia, sociologia, costumes, tradições e folclore. Com a
divisão do plano do livro em duas partes, A natureza e O homem, ficava mais uma vez estampada a primazia das ciências da natureza no interesse de Euclides. Começava também a aparecer um objetivo mais amplo: o estudo, a partir de bases científicas, dos sertões.

Esse detalhe aparentemente insignificante de mudança do título do plano do livro faria toda a diferença entre Euclides e os demais narradores da epopéia de Canudos, demonstrando que já estava presente a intenção de fazer um livro científico e sobretudo um livro sobre os sertões. Em outras palavras, um livro científico sobre os sertões.

É preciso ter em mente que no final do século passado sertões significava um imenso território pouco explorado situado costa adentro. A melhor definição era interior por oposição a litoral. Os relatos da época são unânimes em apontar o total desconhecimento em que vivia a população do litoral com relação ao interior do Brasil que continuava pouco habitado, com comunicações precárias e ainda sem mapas de boa qualidade que descrevessem o curso dos rios, a geologia, o relevo, a flora, a botânica da região e muito menos as características dos agrupamentos populacionais.

Até meados do século XIX, havia duas grandes tradições de relatos sobre os sertões. Uma ligada à literatura de ficção e outra, a expedições de cunho científico. Na primeira incluíam-se os autores que tomavam os sertões como tema para escrever novelas, contos, romances de folhetim, peças de teatro; na segunda englobavam-se viajantes estrangeiros, militares e funcionários do governo que percorriam regiões longínquas para informar ao governo e embasar políticas e estratégias de ação. Essas duas grandes tradições partiam de preocupações diversas. Enquanto a primeira era marcada por questões de ordem literária, procurando criar estilo e temática próprios, a segunda definia-se pela ordem do conhecimento, tivesse ele fins de intervenção prática e política ou de agregação de novos dados ao conhecimento das regiões do globo terrestre.

Ao privilegiar, a partir do tema Canudos, um novo enfoque sobre os sertões, Euclides da Cunha dava um passo adiante para enfrentar um tema pouco explorado até então e absolutamente necessário para o projeto da nação republicana: o tema do território.

Outro aspecto interessante relativo ao movimento de criação de Os sertões foi o fato de Euclides ter trabalhado durante cinco anos no livro antes de editá-lo. Em 1898, ele foi designado pela Superintendência de Obras Públicas de São Paulo para reconstruir uma ponte de ferro erguida em 1896, que havia ruído após encheu numa pequena cidade do interior de São Paulo, São José do Rio Pardo. Como o trabalho de reconstrução da ponte exigia presença permanente no local, Euclides mandou erguer uma pequena barraca com telhado de zinco à sombra de uma paineira, que passou a servir de escritório tanto para os assuntos de engenharia como para os intelectuais. Durante três anos, na cabana de São José do Rio Pardo, ele refletiu sobre os acontecimentos que presenciou como repórter em Canudos. A partir das anotações de seu diário de campo, procurou pesquisar outras fontes para enriquecer as informações recolhidas nos sertões baianos e as pesquisas realizadas em Salvador. Isolado e interagindo com a literatura científica da época, o engenheiro seguiu, de maneira intuitiva, o caminho do cientista que revê os dados à luz de novas teorias para avançar e produzir novo conhecimento. A ponte era a metáfora de Canudos, pois, tanto numa situação como na outra, havia algo a reconstruir. A atividade de engenheiro nesse caso não era incompatível com a de escritor. Nas duas, imperava a ciência.

Durante três anos, Euclides trabalhou obstinadamente nas duas atividades, permanecendo mais tempo no pequeno barracão de que em casa com a família. Ao final de 1901, dava por terminado o trabalho de reconstrução da ponte e do livro. Para um engenheiro que nunca havia escrito um livro, não era fácil debutar na literatura, campo muito disputado e ainda dominado por pequeno grupo de livreiros, editores e escritores. Euclides não era um frequentador das rodas literárias da rua do Ouvidor, não tinha proximidade com nenhum escritor consagrado. Sua única opção era editar seu livro em facísculos por algum jornal conhecido. Deixou os manuscritos em poder de Júlio de Mesquita, de O Estado de S. Paulo, enquanto se ocupava com a mudança de São José do Rio Pardo para São Carlos, para onde a Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo o designara. Em seguida foi para Lorena. Longos seis meses se passaram desde o encontro de Euclides com Júlio de Mesquita. Retornando à redação do jornal, encontrou seu pacote de originais no mesmo lugar em que o deixara. Decepionado, resolveu procurar algum conhecido entre os escritores da capital.
federal. Foi desse modo que conseguiu do amigo Garcia Redondo uma carta apresentando-o a Lúcio de Mendonça, no Rio de Janeiro, por intermédio de quem conseguiu que a Editora Laemmert publicasse o livro com a condição de que ele custeasse a edição. A editora não queria correr o risco de editar o livro de estréia de um engenheiro e jornalista que se aventurava na literatura.

De regresso a São Paulo, Euclides passou todo o ano de 1902 fiscalizando obras do estado. No final desse ano, o engenheiro recebeu do editor, pelo correio, o aviso de que poderia vir ao Rio de Janeiro assistir ao lançamento do livro. Euclides chegou à rua dos Inválidos, onde ficava a editora, e encontrou alguns exemplares da primeira edição de Os sertões sobre o balcão. Relatam os biógrafos que, bastante inseguro, ainda procurou, em vão, impedir à última hora o lançamento do livro. Ao folheá-lo, percebia grandes incor-reções e temia o fracasso. Voltou para Lorena, seu posto na ocasião, bastante temeroso, mas, pouco tempo depois, recebeu carta do editor anunciando que o livro era um grande sucesso de vendas.

**A consagração de Os sertões**

Entre os mecanismos de consagração das obras literárias no período estava a crítica literária. Três críticos se destacavam procurando inovar e afirmar uma crítica mais consistente, calcada em critérios científicos: José Veríssimo, Araripe Júnior e Silvio Romero. Esses três intelectuais tinham muitos pontos em comum e também muitas diferenças. Com relação à trajetória social, todos os três fizeram o mesmo movimento de migração do interior para a capital, o Rio de Janeiro, no litoral. Tiveram que lutar por espaço numa sociedade onde os círculos eram fechados e onde a vida literária ficava circunscrita a cafés e livrarias da rua do Ouvidor. Com maior ou menor intensidade dependendo do caso, os três estavam preocupados em afirmar novos critérios para o julgamento das obras literárias que se pautassem por argumentos científicos e não pela sociedade do elogio mútuo. A bandeira da ciência os irmanava e isso se expressaria na consagração de Os sertões. O livro de Euclides da Cunha parecia ser uma obra à altura de suas pretensões modernizadoras.

O primeiro ensaio crítico partiu de José Veríssimo (1910, p. 73) no *Correio da Manhã*; pequeno, mas contundente. Entre outras observações, Veríssimo era definitivo ao considerar

O livro do Sr. Euclides da Cunha é ao mesmo tempo o livro de um homem de ciência, um geógrafo, um geólogo, um etnógrafo; de um homem de pensamento, um filósofo, um sociólogo, um historiador; e de um homem de sentimento, um poeta, um romancista, um artista, que sabe ver e descrever, que vibra e sente tanto aos aspectos da natureza como ao contato do homem, e estremece todo, tocado até ao fundo da alma, comovido até às lágrimas, em face da dor humana, venha ela das condições fatais do mundo físico, as secas que assolam os sertões do Norte brasileiro, venha da estupidez ou da maldade dos homens, como a Campanha de Canudos.

 Pouco depois, em março de 1903, o *Jornal do Commercio* estampava a crítica de Araripe Júnior que, além de mais longa e elaborada, era também mais efusiva e entusiastamente.

Dizia:

*Criticar esse trabalho, não é mais possível. A emoção por ele produzida neutralizou a função da crítica. E, de fato, ponderando depois calmamente o valor da obra, pareceu-me chegar à conclusão de que Os sertões são um livro admirável, que encontrará muito pouco, escritos no Brasil, que o emparelhem - único no seu gênero, se atender-se a que reúne a uma forma artística superior e original, uma elevação histórico-filosófica impressionante e um talento épico-dramático, um gênio trágico como muito dificilmente se nosdeparará em outro psicologista nacional. O sr. Euclides da Cunha surge, portanto, conquistando o primeiro lugar entre os prosadores da nova geração.*

Para Araripe, pela primeira vez aparecia um trabalho interessante partindo do tema de Canudos. De tal modo considerava de má qualidade tudo o que havia sido produzido até então sobre as "lendas do Conselheiro", que já havia desistido de prestar atenção a tal assunto quando apareceu Os sertões de Euclides da Cunha. Citava o trabalho do major Barreto Dantas que, segundo ele, não passaria de uma "exposição de fatos", o livro do repórter Manuel Benício, que denominava "anedotas petalógicas" e, por fim, o "romance histórico detetável" de Olivio de
Barros. Essas leituras tinham deixado nele uma "espécie de plenitude gástrica". Diferentemente de todos esses trabalhos, considerava Os sertões uma obra comparável a Monte Cristo, de Dumas, e Mistérios do povo, de Eugênio Sue.

Como José Veríssimo, Araripe Júnior sublinhava a idéia de totalidade encontrada no livro, resultado da soma da arte com a ciência, do épico com o trágico e da emoção com a razão. O escritor produzia uma obra científica, uma "obra histórica", mantendo "a continuidade da emoção, sempre crescente, sempre variada, que sopra rija, de princípio a fim, no transcurso de 634 páginas". Emoção e razão, arte e ciência o crítico considerava o livro fascinante, feliz resultado de um "conjunto de qualidades artísticas e de preparo científico".

O que impressionava ambos os críticos era não apenas a utilização correta dos modernos métodos científicos, mas principalmente a conjugação da ciência com a arte. O livro de estréia de Euclides da Cunha era uma obra de "eleição histórico-filosófica impressionante". Mas o que despertava a atenção de Araripe era que Os sertões iam além em seu relato científico, incorporando também a emoção e a sensibilidade. Seu autor emergia como um misto de cientista e poeta. Para Araripe, só alguém com "alma de poeta" poderia ter aliado tão bem os dois elementos: a ciência e a literatura.

Ao sublinharem a idéia de uma totalidade presente em Os sertões, tanto José Veríssimo quanto Araripe Júnior permaneciam nos limites da concepção romântica, evocando a noção de organismo. O livro era enaltecido por expressar uma totalidade cujas metades eram a ciência e a arte (literatura); a razão e a emoção; o épico e o trágico. Euclides da Cunha era alinhado a autores clássicos da literatura romântica, como Jules Michelet.

Particularmente, a crítica de Araripe Júnior seguia outros fios condutores. Em primeiro lugar, o argumento de autoridade, que ele acreditava ter em quantidade suficiente para julgar a obra de Euclides pelo fato de ser "um filho do Norte", um "cearense", como o personagem central da tragédia de Canudos, Antônio Conselheiro, uma "pessoa familiarizada com os sertões da Bahia, de Pernambuco, do Ceará" e que, portanto, seria capaz de "conhecer no seu justo valor" a realidade analisada pelo escritor. "O escritor destacou o jagunço com rara perícia da opacidade do ambiente, no qual ele vivia mergulhado, e que somente nós, filhos do Norte, e as pessoas familiarizadas com os sertões da Bahia, de Pernambuco, do Ceará, podíamos conhecer no seu justo valor." A esse argumento somava-se o da ciência. O texto de Euclides da Cunha continha valor especial por se tratar do resultado de pesquisa feita no próprio local, o que não era habitual na ocasião. Euclides da Cunha era um pesquisador "que viu", "que experimentou as aguas da guerra", refletindo sobre uma realidade que observou. O fato de haver presenciado os fatos como repórter e de ter utilizado moderno instrumental científico era reiterado diversas vezes como qualidade importante. "Ele viu, segurou, surpreendeu em flagrante, em todas as suas variedades, descrevendo-os agora na mais bela sinfese que se tem feito no Brasil dos habitantes dos sertões, esses membros de uma sociedade, conforme diz o próprio autor, de todo estranha ao Brasil organizado em nação." Ou ainda: "O Sr. Euclides da Cunha observou de perto, estudou como filósofo, viu os efeitos..."

O fato de Euclides da Cunha descrever uma campanha militar sendo ele mesmo militar era também mencionado como fator de competência comprovada: "O autor de Os sertões foi militar e deve saber o que escreveu." Esse era, aliás, um aspecto decisivo do livro. Euclides analisava criticamente a ação militar em Canudos, e o fato de o livro ter sido publicado em 1902, cinco anos após a tragédia de Canudos, vinha reativar no Exército brasileiro uma lembrança bastante indesejada. Tinha ficado visível perante a opinião pública o desgaste dessa ação militar.4

Portanto, ao lançar Os sertões passados cinco anos da tragédia, Euclides abria de novo a cortina de um espetáculo que para muitos teria sido melhor manter no esquecimento. O escritor temia a reação dos militares, como expressou em seu diário. Entretanto, fora um ou outro caso isolado, os militares preferiram o silêncio. O fato de ter sido egresso do Exército era importante para a consagração de Euclides. Aos olhos de críticos como Araripe, Euclides tinha conhecimento de causa e a "autoridade dos fatos". Sobre esse ponto o próprio escritor assim se referiu:

Devia vir de militar a contradita mais bem acentuada ao livro que fui obrigado a escrever sobre a lastimável campanha de Canudos. Quis aparecer só, absolutamente isolado na grande fraqueza do meu nome...
A interpretação de Araripe: matriz para uma representação do Brasil

Essas duas primeiras críticas, de José Veríssimo e de Araripe Júnior, desempenharam o importante papel de guiar o livro de estréia de Euclides da Cunha às mais altas posições. O próprio Euclides reconheceu esse fato. Ao ler a primeira parte do ensaio de Araripe, Euclides comentou com amigos ter saído da redação do jornal onde trabalhava "com o enorme estonteamento de um recruta transmutado repentinamente num triunfador". Segundo ele, o ensaio de Araripe tinha tido tamanha repercussão que "no dia seguinte" ele, "que até então era um engenheiro letrado, tinha se transformado em escritor".

Não é por acaso que o autor de Os sertões se referia particularmente ao ensaio de Araripe. Mais denso que o de José Veríssimo, o texto de Araripe extrapolava a função da crítica para desenvolver uma teoria sobre o Brasil. Hoje, passado quase um século desse momento inicial, percebemos na formulação de Araripe aspectos de uma interpretação matricial do país, principalmente no que tange ao predomínio conferido à natureza na determinação de uma identidade nacional.

É preciso ter em mente que o pensamento reinante entre as elites na virada do século era de que a natureza devia ser transformada pelas forças do progresso e da civilização. Os engenheiros, como Euclides da Cunha, eram agentes particularmente importantes neste processo. Munidos de instrumental técnico e científico, atribuíam a si mesmos a tarefa de transformar as paisagens selvagens em templos de civilização, construindo pontes, estradas, vias férreas e instalando estações telegráficas para unir os diversos pontos do país. Para grande parte das elites intelectuais e políticas, a imagem que se queria ver identificada com a nação era a da prosperidade e da aquisição do padrão europeu de civilização. Estas metas estavam corporificadas por toda a parte: nas reformas urbanas que alargavam avenidas e edificavam prédios em estilo neoclássico, nas teorias do embranquecimento que visavam eliminar as marcas da selvageria e da bárbarie e criar um tipo novo, o brasileiro. Em linhas gerais, esse pensamento identificava a natureza como um universo a ser controlado pelas forças da civilização, desprezando os povos que se deixariam "dominar" por ela.

É certo, entretanto, que mesmo neste contexto, alguns escritores dedicaram-se a glorificar a natureza. José de Alencar é o exemplo emblemático. Mas, neste caso a natureza aparecia de forma profundamente idealizada, não entrando em contradição com os objetivos de sua domesticação. Quando Araripe Júnior emite suas opiniões a respeito do livro de Euclides da Cunha, fica claro que tanto Araripe quanto Euclides estão se referindo não a uma concepção idealizada de natureza, mas a uma tentativa de esboço científico de suas manifestações. Araripe reitera por diversas vezes que o livro de Euclides era o livro de alguém que pesquisou, esteve no local, viu o que se passava. E é a partir dessa perspectiva que esse alguém trouxe "a mais bela síntese" dos "habitantes dos sertões". Em seu ensaio crítico, Araripe desenvolveu uma teoria interpretativa do Brasil atribuindo valor positivo à natureza em sua forma "selvagem", "intocada" e "inculta". Esse argumento era novo e poderoso. Araripe destacava de Os sertões não as teses civilizatórias de Euclides que aparecem em muitas passagens, mas sobretudo a tese de valorização da natureza para, por meio desta, construir uma nova sociedade, uma civilização autenticamente nacional.

Um dos fios condutores do ensaio crítico de Araripe dizia respeito ao papel do meio físico na narrativa euclidianana. O crítico afirmava encontrar em Euclides um aliado na defesa da tese da determinação do meio físico na formação nacional e via nas idéias expressas em Os sertões aproximações com sua teoria da obnubilação brasiliaca, privilegiando o tema da oposição entre os sertões e o litoral como uma das comprovações de sua tese. Os primeiros equivalem à maior proximidade do homem com a natureza tropical, estando, portanto, mais associados à idéia de pureza e autenticidade. O segundo equivalia à maior proximidade do homem com o exterior, o além-mar, a Europa civilizada e estava associado à idéia de contaminação, de inautenticidade por força da ação de uma realidade estrangeira e de fora. Araripe identificava-se com a valorização da produção local, interna, interior, por oposição ao que vinha de fora. O tema do nacional reaparecia com vigor e o crítico percebia no livro de Euclides a possibilidade de uma civilização nacional singular, própria, autônoma, que viesse "de dentro" do território, que fosse produzida por seus habitantes. A terra e a
natureza, associadas às idéias de pureza e singularidade, representavam a fonte da diferença real sobre a qual podiam ser ergidas as bases dessa civilização nacional singular. Num país com muitas misturas, influências e instabilidades, apenas o meio físico havia restado como fator original e estável.

O crítico emocionava-se com o livro por encontrar nele confirmações de idéias suas, principalmente com relação à descrição do jagunço como produto do meio físico. Desse modo, assinalava: "Terminada a descrição da terra, isto é, da região das secas, feita a sua história natural e social, o jagunço salta das páginas do livro Foto..."

como um fruto maduro da árvore que o gerou e desenvolveu." A noção romântica de organismo encontrava-se aqui em sua plenitude. O homem estaria integrado ao meio físico do mesmo modo que os frutos estariam umbilicalmente ligados à árvore que os gerou. A analogia era didática. Araripe fazia uso de representação muito utilizada pelos cientistas de inclinação romântica: a árvore, modelo por excelência tanto para os homens quanto para as sociedades organizadas em nações. Homens e nações deveriam encontrar em si mesmos a substância interna capaz de defini-los e de lhes forjar uma identidade.

Era preciso discernir na natureza os aspectos bons dos maus. Se, por um lado, os sertanejos, mais próximos da natureza eram mais puros e por isso mais próximos da fonte autêntica da nacionalidade, por outro, a ação do meio físico sobre eles podia ter efeitos negativos: "a caatinga os fizera dissimulados e tenebrosos". Araripe invocava o dilema em que se encontravam os intelectuais do período. Por um lado, nos costumes bárbaros estaria a possibilidade de encontrar a fonte interna, a alma da nação. Por outro, nacionalizar os bárbaros habitantes do território tinha o significado de civilizar, modificar seus costumes, fazê-los progredir para estágios mais elevados de sociedade. Araripe mostrava-se ambíguo, ora criticando, ora elogiando os sertanejos. Seguindo o próprio raciocínio de Euclides, ora eles eram qualificados como "centauros broncos", "Hércules-Quásimodos", ora como "pobres diabos", "gente bárbara", dominados pela "selvatezíqua de costumes" e até mesmo "vermes dissimulados e tenebrosos". A mesma tensão atravessava o ensaio crítico de Araripe e o próprio livro de Euclides da Cunha. Era preciso eliminar o mal, os "vermes dissimulados e tenebrosos", mas, paradoxalmente, era entre esses sertanejos que podia ser encontrada a fonte autêntica da nacionalidade, a alma nacional. Fazer avançar a civilização representava, portanto, uma ameaça de perda, ao mesmo tempo em que se colocava como tarefa inevitável.

Se a terra (o meio físico) detinha a propriedade de engendrar o homem e de provocar o fenômeno da obnubilação, o sertão adquiria valor adicional na medida em que era associado à idéia de pureza (natureza). O ritual de ingresso no sertão tinha o significado simbólico de purificação dos "males" da civilização. E esse ritual se aplicava duplamente: para os colonos que um dia penetraram as terras do interior e lá se foram fixando e se misturando aos povos indígenas pela miscigenação; para o próprio Euclides da Cunha que, vindo do litoral, com instrumental analítico que primava pelo ideário iluminista da civilização, tinha-se deparado com a natureza tropical em seu estado mais puro e com os "bárbaros" sertanejos. Araripe encantava-se, de modo especial, com o encontro de Euclides com aquelas populações dos sertões do Norte. Euclides era um escritor obnubilado inserindo-se na peculiar genealogia de José de Anchieta e Gregório de Matos. O aspecto singular que distinguiu as populações dos sertões do Norte de outras populações igualmente "bárbaras" explicava-se pelo fenômeno do isolamento, uma das teses de Os sertões. Após o período inicial de povoamento pelos bandeirantes que as desbravaram, a região dos sertões do Norte, onde se formou o arraial de Canudos, teria ficado isolada durante muitos anos. Aqueles "rudes patrícios do interior" eram herdeiros dos bandeirantes paulistas que começaram a segregar-se da civilização litoral desde que cessou o movimento dos paulistas. O isolamento foi valorizado por Euclides enquanto possibilidade de maior proximidade com a natureza tropical, sui generis, fonte autêntica da nacionalidade. Pelo isolamento, as forças da natureza puderam sobressair-se com relação às forças contaminadas e contaminadoras da civilização estrangeira. Assim, formara-se uma sociedade peculiar nos sertões. Isolados, os sertanejos foram absorvendo as características de uma natureza especialmente singular, ao mesmo tempo em que puderam conservar antigas e remotas tradições, principalmente de seus ancestrais indígenas: "essa sociedade movia-se como os répteis, segundo o feito do solo; a caatinga fazia-se homem ..., o jagunço estava preparado pela natureza". 7
conclusão, mantivera-se uma sociedade retrógrada, mas não degenerada como a do litoral. Araripe identificava-se com a visão de Euclides da Cunha: era a partir desta sociedade retrógrada, mas portadora dos atributos da autêntica nacionalidade, que podia florescer uma civilização verdadeiramente nacional. Em contraposição, estava a sociedade do litoral definitivamente perdida, porque por demais contaminada, uma sociedade degenerada.

Em diversas passagens, Araripe assinalava a identidade entre o seu pensamento e o de Euclides, e não desfarçava o deslumbramento diante do estilo de Euclides da Cunha, citando longos trechos de Os sertões. Entre eles, desperta atenção o trecho em que o curiboca era descrito como produto do mesticagem somado à influência do meio físico e ao isolamento e representando uma cultura autêntica com tradições remotas (hábitos antigos e folclore belíssimo). O curiboca, oriundo dos mameis, dos “índios de São Paulo” e da “gente de João Ramalho” teria “vacinado todos os que tiveram que penetrar nos seus domínios. Eram os mais adaptados para o meio. O fazendeiro de gado, o branco não pode dispensá-lo”. Concordando com Euclides da Cunha, Araripe reiterava a visão de que apesar da derrota final dos adeptos do Conselheiro em Canudos, “o sertão saiu vitorioso”.

Para ele, o grande paradoxo consistia em que a leitura de Os sertões se revelou um livro que poderia ser considerado como um erro histórico: o Brasil não tinha um Exército que correspondeesse a suas necessidades singulares. O Exército do litoral era como a sociedade do litoral, contaminada por uma forma técnica transplantada de outras sociedades, correspondendo, portanto, a outras necessidades.

O crítico admite ainda que a leitura de Os sertões se viu provocando “uma revolução em sua alma”: “O autor a conquistara de modo violento e irretratável. Daí por diante, não lê mais, desfilei pelo livro agora dominado pela sensação que se experimenta percorrendo paisagens abruptas, acondoradas de presepes, de dentro de um comboio, em carreira vertiginosa e sem destino.” Euclides da Cunha é qualificado como o grande psicologista nacional, que apontou o caminho para desvendar a “alma da nação”. O livro do grande psicologista nacional saía consagrado, e os sertões do Norte, vitoriosos, associados à ideia de uma natureza pura e singular. Nesse ponto geográfico do mapa do Brasil poderia ser encontrada a fonte de autenticidade para construir uma civilização verdadeiramente nacional. A oposição entre o jagunço e o mulato acirrava e alimentava a oposição entre os sertões e o litoral.

Por outro lado, o ensaio crítico consagrador retomava a concepção romântica de nação, apropriando-se do livro de Euclides da Cunha muito mais por essa via do que pela vertente iluminista do progresso e da civilização. Para Araripe, Euclides da Cunha, formado numa ciência positiva e numa concepção materialista de engenheira e matemática, ao fazer a viagem purificadora aos sertões do Norte, havia se transformado em escritor obnubilado, cedendo aos encantos da natureza tropical e dos “bárbaros” sertanejos, e aproximando-se de outra via para pensar o nacional.

Levada às últimas consequências, o ensaio crítico de Araripe Júnior sinalizava a valorização de uma proposta de construção da identidade nacional pelo interior. Para aqueles que se identificavam com esse argumento, o litoral e, evidentemente, seu maior símbolo, o Rio de Janeiro, eram vistos como fonte da contaminação e do mal, cidade identificada com a colonização portuguesa, com o Império, com a sociedade de corte e, sobretudo, com a mistura, a ambiguidade, a indefinição - fonte de perigo e degeneração. A oposição entre sertão e litoral com a valorização do primeiro termo em detrimento do segundo formulada por Euclides em Os sertões encontraria eco em alguns intelectuais do período como Sílvio Romero. Este último não se pronunciou no lançamento do livro, mas desempenhou papel decisivo na consagração de Euclides como escritor. Foi ele o responsável pelo discurso de recepção de Euclides na Academia Brasileira de Letras, quando o autor de Os sertões defendeu o salão da casa dirigida por Machado de Assis dizendo sentir-se “constrangido” de ocupar a cadeira de Castro Alves por contrastar-se, diferentemente deste poeta, preso ao “terreno maciçamente indagações objetivas”. Em outras palavras, por assumir a identidade de “homem de ciência” numa casa de “homens de letras”.

Os três críticos mais importantes do período evocaram o argumento da ciência como atributo para a consagração de Os sertões. Além disso, julgaram a obra pelo critério do nacional. Mas, enquanto para Romero a noção de raça era determinante enquanto fator de diferenciação nacional, para Araripe era a noção de meio físico.
o fator primordial. De qualquer modo, ambos enfatizaram a concepção (romântica) de que a natureza desempenhava papel principal na formação das sociedades e na determinação dos homens.

A chamada "trindade crítica do realismo" - José Veríssimo, Araripe Júnior e Silvio Romero - mantinha vínculos importantes com os principais focos de renovação intelectual e política, compostos de intelectuais com pequeno capital social, em grande maioria vindos das diversas províncias espalhadas pelo território, que tomaram contato com o ideário científico em instituições como a Faculdade de Direito de Recife ou a Escola Militar no Rio de Janeiro ou nos livros científicos traduzidos para o português pela Laemmert ou a Garnier. Intelectuais como Silvio Romero, Tobias Barreto e Euclides da Cunha não levantaram pura e simplesmente a bandeira da ciência; ela veio articulada com a aspiração de nova postura ética, o valor do talento e do mérito em substituição à sociedade de corte, e também com a aspiração de um novo nacionalismo. A literatura devia estar a serviço da realidade nacional e os escritores, regidos por novos critérios de consagração, pautados por crítica moderna e científica. Romero expressava o ponto de vista de muitos dos excluídos da rua do Ouvidor e das principais agências: arregimentar suas forças na novidade da ciência e com ela mudar os rumos da literatura. Esse movimento, que se processou a partir da década de 1870, foi crucial não apenas para que um engenheiro como Euclides da Cunha viesse a produzir Os sertões, bem como para que esta obra viesse a ser consagrada. A consagração de Os sertões significou o exercício da nova crítica que buscava se afirmar no país. O criador e a criatura se encontraram. Tanto a crítica moderna e científica seria fundamental para a consagração de Os sertões quanto o aparecimento de Os sertões seria fundamental para o exercício e afirmação da nova crítica.¹⁰

O livro do engenheiro Euclides da Cunha se tornaria um divisor de águas, um marco no processo de cientificação. Símbolo de uma proposta de literatura científica, só foi destronado no final da década de 1930, quando uma nova sociologia começou a ser produzida no país. Até então, permaneceu como modelo de boa ciência associada à literatura. E, mesmo após ter deixado de ser uma referência de modernidade no campo intelectual, permaneceu como monumento nacional, como um dos livros cuja leitura é imprescindível para aqueles que querem conhecer o Brasil.

Notas

¹ Em 1912, esse livro foi reeditado com novo título, Destruição de Canudos, no qual o autor acrescentou um capítulo sobre os costumes sertanejos. Dantas Barreto publicou outro livro sobre o assunto, em 1905, uma novela histórica intitulada Acidentes da guerra (Calasans, s. d.).

² Só em 1970 este livro seria reeditado pela Aguilar, incluído em um dos volumes das Obras completas de Afonso Arinos.


⁴ Antes do lançamento de Os sertões, estudantes de direito da Bahia em Manifesto à Nação denunciaram e reprovaram como "aberração monstruosa" o procedimento das forças republicanas, ao afogar inutilmente em sangue os vencidos da campanha. O próprio general Artur Oscar, comandante da quarta expedição, teria de certa forma assinalado o erro de Canudos ao confessar que estava "convencido de que Antônio
Conselheiro era monarquista por fanatismo... O seu monarquismo era meramente religioso, sem aderência à política". (Citado por Rabello, op. cit.)

5 Diário íntimo, citado por Rabello, op. cit.

6 Sobre a relação entre natureza e cultura, ver Barbosa e Drummond, 1994, pp. 267-289.

7 Segundo Afrânio Coutinho, "influenciado pelas teorias positivistas de Buckle e Taine sobre o ambientalismo (Araripe Júnior) destacou a influência do meio físico, do cenário tropical, como elemento diferenciador, aconselhando sempre os escritores nessa direção e aplaudindo com entusiasmo os que se mostravam, na sua obra, o predomínio do meio brasileiro, fosse físico, social ou humano, haja vista os casos de Gregório de Matos, Gonzaga, Alencar e Euclides da Cunha, aos quais dedicou páginas definitivas de crítica. ... Araripe Júnior buscou enquadrar nos seus romances os motivos locais, os assuntos históricos, a natureza brasileira, os costumes sertanejos, os personagens típicos. Filiou-se, dessa maneira, às correntes que então empolgavam os romancistas, como Alencar e Távora, o sertanismo, o regionalismo, o indianismo, o naturalismo campesino, aproveitando elementos do folclore e aliando, em muitos casos, uma técnica romântica e certas tendências naturalistas para a representação de casos clínicos. Ao atribuir ao sertanismo a continuidade natural do indiano, utilizava-o como arma de combate em oposição ao que considerava as nefastas influências externas, principalmente portuguesa e francesa, que se abatiam sobre a "população profundamente civilizada" do país. Focalizar a vida campesina e o universo dos sertanejos era procurar alternativa menos "contaminada" que servisse a ansiada literatura nacional. Uma das expressões singulares do pensamento de Araripe foi a formulação da teoria da obnubilação brasileira. Partia do pressuposto de que a questão da história da literatura nacional só (podia) ser resolvida pela concentração de nossas vistas sobre o meio físico, por ser este o único fator estável de nossa história o único que se consegue acompanhar sem solução de continuidade. Por causa do meio, surge a raça; a raça modifica o meio; e o meio modificado reage já de modo diferente sobre o modificador". Segundo Coutinho, "a força diferenciadora da pressão exterior, isto é, do meio físico solo, paisagem, flora, clima sobre as forças mentais do homem, deu lugar ao fenômeno que Araripe (designou) como a obnubilação brasileira: a adaptação dos colonos ao novo meio, por um processo de mimetismo, esquecendo os hábitos da mãe-pátria". Araripe definia o fenômeno da obnubilação brasileira como "a transformação por que passavam os colonos atravessando o oceano Atlântico, e na sua posterior adaptação ao meio físico e ao ambiente primitivo. (Basta) percorrer as páginas dos cronistas para reconhecer esta verdade. Portugueses, franceses, espanhóis, apenas saltavam no Brasil e internavam-se, perdendo de vista suas pinças e caravelas, esqueciam as origens respectivas, cedendo lugar a um verdadeiro homem novo, o brasileiro. Dominados pela rudeza do meio, entontecidos pela natureza tropical, abraçados com terra, todos eles se transformavam quase em selvagens, e se um núcleo forte de colonos, renovado por contínuas viagens, não os sustinha na luta, raro era que não acabassem pintando o corpo de jenipapo e urucu e adotando idéias, costumes e até brutalidades dos indígenas". (Araripe, citado por Coutinho, 1968, p. 129.) Em certo sentido, Araripe antecipou a visão tropicalista na valorização do selvagem e, por extensão, do homem rude do campo, do "bárbaro", "não civilizado" enquanto fontes da singularidade nacional. Os obnubilados disputavam com os selvagens o domínio da terra. "Foi necessário que, alijando a bagagem de homem civilizado, os mais inteligentes para a situação se adaptassem ao novo terrier e se habilitassem para concorrer com os primitivos íncolas."

8 A teoria da obnubilação brasileira levou Araripe a aproximar contribuições singulares que, de outro modo, não poderiam figurar juntas, como as de José de Anchieta e de Gregório de Matos; umas como outras teriam sido resultado do mesmo processo de comunhão com a terra. Anchieta teria colocado a seu serviço a feitiçaria indígena, a mitologia tupi, o poder sobre os selvagens, as feras, a flora, num processo eloquente de identificação brasileira e obnubilação de seu mundo de origem. Esse "esquecimento" Anchieta teria utilizado em proveito da sociedade nova, brasileira, utilizando todas as armas a seu dispor, como a catequese, a literatura, o exemplo, a administração, a diplomacia, o misticismo. Araripe tomava os exemplos de José de Anchieta e de Gregório de Matos para afirmar que a literatura da fase colonial já era uma manifestação literária nacional, brasileira, autônoma.

9 É preciso lembrar que havia uma tradição de pensamento político que pregava a transferência da capital para o interior desde o ano de 1824.

10 A literatura detinha a hegemonia na vida intelectual do país e estava intimamente relacionada com as tentativas de construção de uma identidade nacional. A ciência para se apresentar fazia uso de uma roupa literária. Só muito mais tarde, nos anos 30 com a criação das primeiras universidades, é que essa situação se modificaria, e, especialmente, a sociologia ganharia seu próprio lugar como disciplina autônoma, integrando o contexto universitário. A cientificação da literatura, sobretudo sua sociologização, também foi determinante para a consagração de Os sertões. Antonio Candido percebeu com especial clareza esse processo: "Eu acho que a minha geração foi a última em que ainda a literatura aparecia como um must. Antes, a medicina precisava se apresentar com roupa literária; o direito, também; a sociologia, para se apresentar, tinha que se apresentar como Os sertões." Depoimento a Marisa Peirano (1991, p. 35).

Agradeço as sugestões dos membros da banca examinadora, Luiz Fernando Dias Duarte, Lígia Sigaud, Federico Neiburg, Ricardo Benzakuen de Araújo, Glaúcia Villas-Bôas.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, Regina 1996 A fabricação do imortal - memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro, Rocco/Lapa. [Links]


Alencar, José de 1960 Obra completa. Rio de Janeiro, Aguilar. [Links]


Araújo, Ricardo Benzaque de 1988 ‘Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu’. Estudos Históricos, nº 1, Rio de Janeiro. [Links]

Arinos de Mello, Franco, Afonso 1969 Obras completas. Rio de Janeiro, Aguilar. [Links]

Assis, Machado de 1959 Obra completa. Rio de Janeiro, Aguilar. [Links]

Barbosa, Lívia N. de Holanda e Drummond, José Augusto 1994 ‘Os direitos da natureza numa sociedade relacional: reflexões sobre uma nova ética ambiental’. Em Estudos Históricos, nº 14, Rio de Janeiro. [Links]


Broca, Brito 1975 A vida literária no Brasil - 1900. Rio de Janeiro, José Olympio. [Links]

Calasans, José s. d. ‘Canudos não euclidião’ (mimeo.). [Links]

Candido, Antonio 1976 Literatura e sociedade. São Paulo, Companhia Nacional, Edusp. [Links]


Carvalho, Maria Alice Rezende de 1988 ‘O Clube de Engenharia e a utopia da cidade moderna na Belle Époque carioca’. (mimeo.) Rio de Janeiro. [Links]

Coutinho, Afrânio 1968 A tradição afortunada (o espírito da nacionalidade na crítica brasileira). Rio de Janeiro, José Olympio. [Links]


Cunha, Euclides da 1982 Os sertões. São Paulo, Abril Cultural. [Links]


Duarte, Luiz Fernando Dias 1986 ‘Os males da civilização’ (mimeo.). [Links]

Janeiro, Nova Série, nº 41. [Links]


Foucault, Michel 1969 'Qu’est-ce qu’un auteur'. Bulletin de la Société Française de Philosophie, Paris. [Links]

Freyre, Gilberto 1987 Perfil de Euclides e outros perfis. Rio de Janeiro, Record. [Links]

Galvão, Walnice Nogueira 1985 Edição crítica de Os sertões. São Paulo, Brasiliense. [Links]


Goñalves, José Reginaldo 1988 'Autenticidade, memória e ideologias nacionais'. Estudos Históricos, nº 2, Rio de Janeiro. [Links]


Hobsbawm, Éric 1984 A invenção das tradições. São Paulo, Paz e Terra. [Links]


Matta, Roberto da 1986 O que faz o brasil, Brasil? Rio de Janeiro, Rocco. [Links]


Oliveira, Lúcia Lippi 1990 A questão nacional na Primeira República. São Paulo, Brasiliense. [Links]

Paíllo, Fernando (org.) 1996 Momentos do livro no Brasil. São Paulo, Ática. [Links]

Peirano, Marisa 1991 Uma antropologia no plural. Brasília, Universidade de Brasília. [Links]


Pereira, Lúcia Miguel 1988 Machado de Assis. São Paulo, Edusp. [Links]

Prisco, Francisco 1937 José Veríssimo, sua vida e suas obras. Rio de Janeiro, Bedeshi. [Links]


Romero, Silvio 1936 Machado de Assis: 2ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio. [Links]


Sevcenko, Nicolau 1983 Literatura como missão. São Paulo, Brasiliense. [Links]

Trilling, Lionel 1972 Sincerity and authenticity. Cambridge, Harvard University Press. [Links]
Todorov, Tzvetan 1993 Nós e os outros - a reflexão francesa sobre a diversidade humana-1. Rio de Janeiro, Zahar. [Links]

Veilloso, Mônica 1988 'A literatura como espelho da nação'. Estudos Históricos, n° 2, São Paulo. [Links]


Ventura, Roberto 6 de nov., 1995 'Três visões de Canudos'. Folha de S. Paulo, São Paulo. [Links]

Ventura, Roberto 1991 Estilo tropical — história cultural e polêmicas literárias no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras. [Links]

Veríssimo, José 1969 História da literatura brasileira - de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). 5ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio. [Links]


Veríssimo, José 1910 Estudos de literatura. 5ª ed. Rio de Janeiro. [Links]

Villa, Marco 1995 Canudos, o povo da terra. São Paulo, Ática. [Links]

Zilly, Berthold 1996 'Um depoimento brasileiro para a história universal: traduzibilidade e atualidade de Euclides da Cunha'. Revista Humboldt, vol. 38, n°. 72, Bonn. [Links]